

Maio de 1988

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Sexta-feira 13 1771

O Sr. João Natal — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO NATAL (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira, por diversas vezes, viu e ouviu o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, o Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, e o Deputado Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de forma enfática, clara e inconfundível, reiterarem o compromisso do PMDB com a realização das eleições municipais, para prefeitos e vereadores, a 15 de novembro vindouro. A demonstração inequívoca desse compromisso foi patenteada através das articulações gerenciadas pelo Líder Ibsen Pinheiro, do PMDB, junto às demais Lideranças, viabilizando a proposta que está tramitando nesta Casa em regime de urgência e que até agora não foi submetida à votação final em virtude de haver um bom número de emendas, considerável parte delas talvez com objetivos procrastinatórios, mas que não são oriundas do nosso partido.

Em nome do PMDB, no exercício desta Liderança, nesta sessão, trago informação à Casa de que, por parte do PMDB, no mais tardar até terça ou quarta-feira da semana vindoura, com ou sem acordo, esse projeto de lei haverá de ser submetido a votação neste plenário. É o compromisso e a posição do PMDB diante da presente matéria.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o jornal *Correio Braziliense* de hoje traz uma nota intitulada "CEF tem presente de grego", referindo-se a um depósito feito na CEF pelo Banco Safra em caderneta de poupança, da ordem de 14 bilhões de cruzados.

É hora de repensarmos neste País a questão tanto da caderneta de poupança, quanto das aplicações de *open market* e *overnight*. São aplicações que só geram especulações financeiras e em nada contribuem para melhorar a produção deste País. O Governo busca recursos de várias maneiras: emitindo dinheiro, aumentando impostos e buscando recursos também no mercado financeiro, pelos quais paga elevadíssimas taxas de juros. O Governo tem sido, há muito tempo, o chefe da grande elevação da taxa de juros no Brasil. É hora de repensarmos essa questão. Sei que mexer com caderneta de poupança é como mexer em um vespertino. Mas esta Casa tem de repensar a questão e ter a consciência de que na hora em que adotarmos uma política econômica realmente condizente com os objetivos de aumentar a produção do País que beneficie quem trabalhe e quem produza, nesse momento precisamos dar a quem a implementar o necessário respaldo político para o seu êxito.

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, sob o pretexto de proteger o Panteão do Duque de Caxias e as instalações do Comando Militar do Leste, as Polícias Militar e do Exército transformaram a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, em verdadeira praça de guerra e impediram o livre e democrático curso da marcha contra a farsa da abolição, que reuniu mais de 10 mil pessoas entre negros, brancos, intelectuais, artistas e democratas, proibindo que essa manifestação legítima, ordeira e pacífica pudesse atingir seu ponto culminante, que seria o monumento erigido em homenagem ao extraordinário e histórico negro Zumbi.

Não posso, Sr. Presidente, conciliar, na antevisão do Centenário da Abolição, abolição que não houve, como prova mais essa manifestação da força contra o

direito da livre expressão do pensamento, que coisas como essas continuem acontecendo no Brasil, quando já nos aproximamos do terceiro milênio. Que democracia é essa, em que cidadãos regiamente pagos para defender os direitos do povo, impedem esse mesmo povo de manifestar livremente o que sente e o que pensa?

Ora, Sr. Presidente, a Liderança do PDT estranha o fato e não pode aceitar que coisas como essa continuem acontecendo no Brasil. Nós, que lutamos para derrotar a ditadura militar que tantos males causou à Nação durante mais de vinte anos, não podemos aceitar omisso e calados que soldados do povo sejam colocados com metralhadoras, fuzis e tanques nas ruas para impedir a manifestação do próprio povo.

Para encerrar, Sr. Presidente, além desse protesto, quero também registrar a insatisfação do meu partido com as sucessivas manobras que a Liderança do PMDB vem adotando na Câmara para impedir as eleições municipais deste ano. Não só a insólita substituição do Relator, à última hora, num golpe, a meu juízo, pouco honesto do Presidente Ulysses Guimarães, causa nos espanto e perplexidade, também o texto do substitutivo, que não contempla todos os aspectos do acordo celebrado entre as Lideranças. Hoje deveria estar em votação a matéria, uma vez que as emendas apresentadas na penúltima sessão deveriam estar prontas ontem, com parecer favorável ou contrário. Isso não aconteceu.

Aqui fica o meu protesto, o protesto do meu partido. O Dr. Ulysses Guimarães tem de dizer publicamente que quer eleições, se não as quer, que também o diga para que a Nação saiba quem é exatamente S. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de, em nome da bancada negra do Congresso Nacional, cumprimentar o companheiro Amaury Müller, Líder do PDT, e solidarizar-me com as denúncias aqui feitas por S. Ex^a.

Por outro lado queria dizer que também entendemos como falsa a descrição do dia 13 de maio, amanhã, como sendo o Dia da Abolição da Escravidão. Pode-se dizer que a Lei Áurea foi assinada nessa data, mas nem ela, até hoje, foi cumprida.

Gostariamos também de lembrar que hoje faz 10 anos que aconteceu a primeira greve no ABC paulista, um marco na história de luta do trabalhador contra a ditadura e o arrocho salarial. Quando me lembro desta data, recordo-me da nossa decepção pelos encaminhamentos que são feitos nesta Casa, principalmente com relação aos interesses dos trabalhadores.

E quero falar mais uma vez — muitos colegas já o fizeram — sobre a forma como está sendo encaminhada a discussão do famigerado decreto concernente à URPF, que congelou o salário dos trabalhadores.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi inúmeros discursos aqui, desta tribuna, onde todos disseram que condenavam o congelamento da URPF. Mas o famigerado decreto está nesta Casa há quase 15 dias e ainda nem apontamos o Relator. O jogo do Governo é feito como ele bem entende.

Primeiro foi o Deputado Cid Carvalho, agora é o Deputado Nyder Barbosa que não aceitou a incumbência mas seguiu a proposição por vários dias para fazer o jogo do Governo.

Uma coisa tem de ficar bem clara, Sr. Presidente: lá, nas ruas, nas fábricas, os funcionários públicos, enfim todos os trabalhadores sabem de quem é a principal responsabilidade. É dos partidos majoritários desta Casa, chamados PMDB e PFL. Esse decreto não vem para a votação não é só porque o Presidente Sarney não o quer, é porque esses dois partidos estão compactuando com essa posição.

Vejam bem, o nobre Constituinte Adilson Motta, do PDS — temos divergências, mas é um opositor permanente e competente a esse Governo incompetente que aí está — já indagava: se votarmos a proposição na próxima semana, o que vai acontecer? Valerá por 10 dias? Para mim, não votarão o projeto na próxima

semana. Vão ficar ainda discutindo quem será o seu Relator, porque não querem ter uma derrota política.

Para mim não se trata de vitória ou derrota. No momento o que está em discussão é se o Legislativo de fato é um Poder independente ou não, tal como estão querendo que seja o Judiciário, onde o Presidente Sarney reuniu-se com o ministro do Supremo, para que sucumbam, capitulem dêem parecer contrário, cassando as limitações conseguidas pelos trabalhadores.

Quero que fique registrada, neste momento, nossa decepção com este parlamento. Nós, que viemos das fábricas, das assembleias de trabalhadores, como tantos companheiros que estão aqui, não estamos satisfeitos. No nosso entendimento esta é uma Casa que está caminhando para "enrolação" em cima de "enrolação". Deveria haver hombridade e se dizer: não queremos desongelar a URPF.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, em nome do meu Partido quero responder às acusações feitas pelo Deputado Ottomar Pinto contra os Prefeitos de Roraima, que desde antemão se encontravam em Brasília, buscando soluções para os angustiantes problemas que afligem os seus Municípios.

No afã de ser agradável ao Governador interino do Território de Roraima, S. Ex^a partiu para a ofensa e o ataque contra esses Prefeitos, cujas comunas estão atravessando situações difíceis, não só pela conjunção do problema climático com a crise de desabastecimento de combustível que o Território atravessa, como também pela dificuldade de obtenção de recursos durante esse período de interinidade. No entanto, o nobre Deputado do PMDB esqueceu-se de que, dentre os Prefeitos que aqui estavam, havia também alguns do PMDB, que, juntamente com os do PFL, procuravam alguns Ministérios em busca de recursos. Acha que isso fosse apenas manobra política, sem procurar saber a verdade, S. Ex^a ofendeu profundamente esses gestores municipais.

Portanto, em nome do PFL, quero dizer que não procedem as acusações do Deputado Ottomar Pinto. Na próxima semana farei um relato da lavra dos próprios Prefeitos, explicando à Casa, à Nação e principalmente ao povo de Roraima a realidade dos fatos que, lamentavelmente, o Deputado Ottomar Pinto não se esforçou por saber.

O Sr. Siqueira Campos (Líder do PDC) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os trabalhos da Constituinte estão chegando ao seu término e, graças ao bom Deus e ao apoio dos meus eminentes pares, vamos chegando à grande vitória do povo nordestino de Goiás: a criação do Estado do Tocantins. Tal é a disposição dos Constituintes em criar essa nova unidade federativa que necessário se faz a adoção de todas as providências para uma ampla mobilização do povo para a realização do plebiscito popular previsto no artigo constitucional sobre o assunto.

Como parte dessa mobilização popular, Sr. Presidente, conclamo todos os tocantinenses para que, no dia 22 de maio corrente, todas as igrejas, católicas e evangélicas, e os centros espíritas realizem atos de ação de graças pelo bom êxito com que a Assembleia Nacional Constituinte está concluindo a elaboração da nova Carta Magna brasileira.

Que domingo, 22 de maio, repiquem os sinos e sejam entoados cânticos de louvor, de aplausos em homenagem aos membros da Assembleia Nacional Constituinte pela próxima promulgação da nova Constituição do Brasil e pela criação do Estado do Tocantins.

Aos Constituintes, bravos e dignos homens e mulheres que estão mudando o Brasil, a gratidão do povo tocantinense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Deputado tocaninense e líder do PDC não poderia me esquecer da passagem, amanhã, de uma data altamente significativa para a área do Estado do Tocantins e para o nosso País.

Os cem anos da Abolição da Escravatura, que transcorrem neste 13 de maio de 1988, são comemorados com a mais viva alegria pela Democracia Cristã brasileira, que não aceita e condena qualquer discriminação, sobretudo a racial, a mais injusta e cruel de todas elas.

O PDC presta ao negro brasileiro a homenagem de todos os seus quadros e reitera a sua disposição de continuar lutando com todas as suas forças para arrancar da pobreza e dos resquícios de todas as discriminações, que ainda pesam sobre milhões de brasileiros, homens e mulheres que têm dado a maior contribuição para a construção deste País, todos aqueles que delas são vítimas.

Na luta, dura e sem interrupção, que sustentamos pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o PDC tem os seus olhos postos na maioria negra e nos diversos segmentos de discriminados deste País, que, por força da prevalência do bem sobre o mal, do humanismo e da justiça sobre os preconceitos de quaisquer natureza, haverão de também compor uma sociedade tão equânime quanto livre, justa, harmoniosa e próspera.

Outro acontecimento que os democratas cristãos comemoram, sob grande júbilo, neste 13 de maio de 1988, é aquele que diz respeito à passagem do vigésimo quarto aniversário do "I Manifesto à Nação pela Criação do Estado do Tocantins", divulgado a 13 de maio de 1954 por Feliciano Machado Braga, Oswaldo Ayres da Silva, Fabrício César Freire e outros importantes líderes de Porto Nacional e do norte-nordeste de Goiás.

A importância histórica desse primeiro manifesto sobre a criação do Estado do Tocantins é muito grande, porque os seus signatários deram início, com a sua divulgação, a uma ampla mobilização do povo norteense e de toda a comunidade goiana para a continuidade da luta, libertária que estava com pouca intensidade, então, dadas as pressões das oligarquias goianas contrárias à autonomia da região.

Homenageando a memória dos saudosos juiz Feliciano Machado Braga e dos professores Fabrício César Freire e Oswaldo Ayres da Silva, o PDC solidariza-se com as comemorações do vigésimo quarto aniversário do "I Manifesto à Nação sobre a Criação do Estado do Tocantins", que terão lugar amanhã nas diversas comunidades que formam a área do futuro Estado.

Salve a liberdade e a integração do negro brasileiro! Salve o Estado do Tocantins!

O Sr. José Lourenço (Líder do PTL) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como Líder do meu partido, o segundo partido do País, gostaria de dizer que a CPI do Senado Federal, conhecida como CPI da corrupção, a cujo desamparo toda a Nação vem assistindo, é mais uma CPI da difamação, pois vem prestando os maiores desserviços ao País e às instituições democráticas. Entendemos, Sr. Presidente, V. Ex.^a e todos nós, que, seguindo uma velha prática parlamentar, essas CPIs sempre existiram no Congresso, na Câmara e no Senado com o objetivo de investigar determinados aspectos ou comportamentos de setores ou pessoas que exercem cargos públicos. Esses comportamentos menos éticos tem que ser incalzados a fim de que se apure se o dinheiro público teve ou não o tratamento e a respeitabilidade que merece. Mas está-se verificando que essa CPI tem outro objetivo: um objetivo político. Não foi para punir o Ministro Aníbal Teixeira, do PMDB — hoje chegamos a esta conclusão — nem para punir este ou aquele ministro, mas exclusivamente para atingir a honra, a dignidade e a respeitabilidade da Presidência da República, no momento é exercida por um cidadão chamado José Sarney e de quem jamais se duvidou a respeito de sua honrabilidade. Veja bem V. Ex.^a o ineditismo dessa CPI, veja aonde chega a irresponsabilidade de homens que até dias freqüentavam diuturnamente o Palácio do Planalto. Um Senador do meu Parti-

do, Sr. Carlos Chiarelli, que não se cansava de levar papéis no bolso para pedir favores ao Presidente, e outros membros dessa CPI, que tinham comportamento idêntico, não satisfeitos em acusar o Presidente, envolvendo seu nome e o de sua família, vão contratar um advogado. Veja V. Ex.^a se algum dia no Congresso do nosso País existiu uma CPI que contratasse um advogado, que tivesse a ousadia de contratar um advogado! Uma instituição onde existem tantos bacharéis em Direito não tem os instrumentos necessários para questionar do Presidente as informações necessárias, uma vez que todos sabemos que ninguém irá trazer o Presidente da República para depor numa CPI. Mas não. Tenta-se contratar um advogado para difamar, para denigrir, para manter nas manchetes o nome daqueles que o convidaram e também o do advogado, que deseja promover-se às custas do Presidente da República. Estarão esses senhores prestando serviço à Nação? Ou estarão prestando um grande desserviço à transição e às instituições democráticas em nosso País?

Na minha avaliação, Sr. Presidente Homero Santos, estão prestando grave desserviço ao País. A desestabilização do Presidente será a desestabilização das nossas instituições democráticas. Já tentamos isso no passado, porém os resultados desse tipo de ação política não foram os melhores para a Nação.

Sr. Presidente, faço esse alerta aos Senadores, ao mesmo tempo em que os convido para que nos sentemos, dialoguemos e encontremos a solução para o País. Não será pelo ódio, não será pela agressão que iremos encontrar aquilo que será o melhor para a Nação brasileira. Aos Srs. Senadores que compõem esta CPI quero dizer: "Vamos mais devagar. Ainda não complementamos a transição democrática no Brasil. Estamos fazendo tudo para isso e devemos dar a nossa contribuição. Essa contribuição deve ser patriótica, de grandeza, de espírito público, de fraternidade, de compreensão, tendo como objetivo maior o Brasil e o seu povo.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, vou tratar de um problema relativo à segunda maior cidade do meu Estado.

Traz-nos a esta tribuna o dever de fazer aqui um veemente protesto contra os abusos do Prefeito Ronaldo Campos, da cidade de Santarém, em nosso Estado, que teima em expulsar 400 famílias dos lotes urbanos que ocupam.

Recebi um dossiê referente ao caso, enviado por Francisco Kennedy Oliveira, da Associação dos Moradores do Bairro do Aeroporto, que é onde se verifica a ocorrência. São 400 lotes de terras da área do Antigo Aeroporto, medindo cada lote 8 por 30 metros, num total de 96.000 metros quadrados, que foram doados pelo Prefeito anterior, Ronan Liberal, a um número correspondente de famílias consideradas carentes.

Essa doação foi feita com anuidade da Câmara Municipal de Santarém, tendo entrado em vigor, como lei municipal, em setembro de 1983, quando aquelas pessoas beneficiadas começaram a construir suas casas, com esforço e poucos recursos.

Segundo consta, o Prefeito Ronaldo Campos vem, agora, tentando expulsar todos de lá, da maneira definitiva, inclusive justificando atos truculentos com alegações falsas. Ele disse que a área seria da Caixa Econômica, o que foi contestado pela instituição, após consulta. Depois, foi colocada uma placa, pela Prefeitura, constando ser propriedade do IAPAS, o que também não corresponde à verdade, segundo consulta feita.

Homens e máquinas da Prefeitura Municipal de Santarém invadiram, mesmo assim, com toda a violência, os lotes daquela gente humilde e expulsaram todos, destruindo cada casa ou barraco. Sem ter para onde ir, as famílias retornaram ao local, começaram a erguer novas construções e novamente sofreram a violência, há cerca de 40 dias, com total destruição outra vez.

A situação no Bairro do Aeroporto, hoje, é de extrema tensão, pois o Prefeito se prepara e ameaça entrar com todo o seu pequeno exército para, mais uma vez, fazer o inferno. Agora, cerca de 100 casas já foram

reconstruídas, numa prática que começa a se tornar absurda, já que novamente poderão ser destruídas, caso não sejam tomadas providências firmes e enérgicas contra os reincidentes atos violentos e abusivos do Prefeito Ronaldo Campos.

A Associação dos Moradores do Bairro do aeroporto encabeça a luta pelo direito que têm aquelas 400 famílias de morar, direito este adquirido durante a gestão municipal anterior; levanta inclusive a desconfinança de que existam interesses especulativos de empresários ambiciosos, acolhidos pela Prefeitura, por trás de tanta opressão a que submetem os velhos, crianças, mulheres e trabalhadores residentes naquele local.

Aqui nós prestamos nossa integral solidariedade ao povo de Santarém e, em especial, aos atingidos pela perseguição implacável de Ronaldo Campos, não só através deste discurso, mas também colocando-nos, assim como o Partido Socialista Brasileiro, à disposição de todos eles, para qualquer etapa nesta luta que, com certeza, haverá de trazer a vitória para os moradores.

Assim, já iniciamos contatos com diversos setores da imprensa escrita, falada e televisada, tanto a nível de Santarém como de Belém e mesmo a imprensa nacional, que vai destacar, com certeza, o desumano comportamento de um Prefeito que pensa poder continuar agindo livre e impunemente contra aquelas pessoas.

Solicito ao Sr. Presidente incluir nos Anais da Câmara dos Deputados os documentos anexos, referentes ao caso exposto e que servem para embasar nossas colocações, comprovando os direitos dos moradores daquela área.

Aos moradores do Bairro do Aeroporto nossa mensagem de apoio e o compromisso de estarmos lado a lado em todas as instâncias a que recorram para manter-se no local.

Aliás, temos em nosso poder uma relação de 422 nomes de famílias carentes que necessitam de um lote de terra, a fim de construírem suas residências, as quais apelam para o Poder Público, através da Prefeitura Municipal de Santarém, cujo gestor Sr. José Ronaldo Campos de Souza é um profundo conhecedor dos problemas dos sem-terra.

Daremos conhecimento desses fatos ao Sr. Ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, solicitando a S. Ex.^a que interaja junto ao referido Prefeito no sentido de que ajude na construção das casas e na urbanização dos lotes daqueles moradores, ao invés de tentar continuar expulsando-os.

Esta é nossa manifestação, Sr. Presidente

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR.

BASTA DE DESMANDOS

À População Santarena:

A imprensa do país tem divulgado, amplamente, a situação caótica em que vivem os brasileiros, especialmente a classe assalariada que, em função do arrocho impositivo do governo, não tem dinheiro para o pão de seus filhos, para uma educação escolar básica e muito menos para uma moradia decente. Em Santarém, terra distante de tudo e, especialmente, dos "olhos" atentos de uma CPI da Corrupção, por exemplo, a situação torna-se mais grave.

Nós, moradores do bairro do Aeroporto e que somamos cerca de 400 famílias, sentimos na pele esse drama e o que significa não ter um abrigo seguro para nossos filhos. Aliás, os santarenses conhecem nossa luta persistente e pacífica contra os desmandos do Prefeito que, insensível e desumano, quer, a todo custo, proibir-nos do direito de morar. Em muitas ocasiões temos presenciado a ação constrangedora dos "homens do Prefeito" que, com máquinas pesadas, investem contra nossas humildes moradias, derrubando-as e deixando mulheres, velhos e crianças ao relento.

Se a terra é devoluta e pertence ao município — como ficou comprovado —, por que então não permitir que ali possamos construir nossas casas? Não dá para entender. E as explicações não convencem. A não ser que interesses escusos da Prefeitura e de empresários ambiciosos, sejam os verdadeiros motivos das opressões a que estamos submetidos.

Os lotes do Aeroporto, onde moram nossas famílias, tem dono, sim. Somos nós. E não os ricos empresários